

PROGRAMA “VALLE DO RIO BRANCO”: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA PROMOÇÃO DA VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS IMATERIAIS E MATERIAIS NO ESTADO DE RORAIMA

"BRANCO RIVER VALLEY" PROGRAM: HERITAGE EDUCATION TO PROMOTE THE VALUATION OF IMMATERIAL AND MATERIAL PATRIMONIES IN THE STATE OF RORAIMA

Francisleile Lima Nascimento

Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia
Esp. Gestão e Planejamento de Empreendimento de Destinos Turísticos Sustentáveis
Esp. Supervisão e Orientação Educacional
Bacharel e Licenciada em Geografia
leile_lima@hotmail.com

Leila Adriana Baptaglin

Licenciatura e Bacharelado em Artes Plásticas pela UFSM
Especialista em Gestão Cultural pela UFSM
Mestre em Educação e em Patrimônio Cultural pela UFSM
Doutora em Educação pela UFSM
Professora do Curso de Artes Visuais/UFRR
leila.baptaglin@ufr.br

RESUMO

Para estudar o patrimônio cultural no contexto da população local, faz-se necessário entender os processos de transformações que compõem uma valorização ou não desse patrimônio ao longo do tempo, bem como as principais diferenças entre os conceitos e os entendimentos locais de preservação, resgate e restauração de seus patrimônios. No Programa Valle do Rio Branco, a participação ativa da UFRR nas comunidades incentiva a criação de projetos a serem desenvolvidos nos municípios. Assim, por meio de ação de Educação Patrimonial, busca-se proporcionar instrumentos que promovam a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades. Para isso, trabalha-se em interação com a escola, como lugar de memória, fortalecendo a conscientização de docentes e discentes acerca da importância da preservação do patrimônio. Nesse sentido, a ação vem divulgando, expondo o tema e incentivando a comunidade escolar de

cada um dos 15 municípios do Estado de Roraima a promover a preservação do patrimônio material e imaterial.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio cultural. Educação Patrimonial. Valorização. Educação.
Roraima.

ABSTRACT

In order to study the cultural heritage in the context of local population, it is necessary to understand the processes of transformations that constituted a valuation or not of the heritage over time, as well as the main differences between the concepts and local understandings of preservation, rescue and restoration of their patrimonies. In the Branco River Valley Program, the active participation of UFRR in the communities encourages future projects to be developed in the municipalities that participate in the program. Thus, from the Patrimonial Education action, we seek to provide instruments that promote the valuation and preservation of the material and immaterial patrimonies of the communities by interacting with the school as a place of memory, strengthening the awareness of teachers and students about the importance of heritage preservation. In this sense, this action has been divulging, exposing the theme and encouraging the school community of each of the 15 municipalities of the State of Roraima to promote the preservation of material and immaterial heritage.

KEYWORDS:

*Cultural heritage. Patrimonial Education. Appreciation. Education.
Roraima.*

INTRODUÇÃO

O presente ensaio traz um relato de experiência das ações desenvolvidas pelo projeto de oficinas de Educação Patrimonial do Programa Valle do Rio Branco. O nome do programa faz referência aos primeiros registros fotográficos e aos patrimônios iconográficos de Roraima representativos do Rio Branco. Com a historicidade desse título, procura-se propor projetos que se insiram na prerrogativa da história local no intuito de

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

ampliar a discussão sobre as referências culturais e os conhecimentos tradicionais de grupos formadores da diversidade cultural roraimense.

No programa, desenvolvem-se várias atividades (Quadro 01) voltadas para o conhecimento e a valorização da cultural local. Nessa perspectiva, este ensaio se organiza no sentido de trazer reflexões sobre as oficinas de Educação Patrimonial desenvolvidas no Programa Valle do Rio Branco. Nessas ações, busca-se contribuir para que a sociedade tenha acesso a bens de interesse coletivo, seja por meio de visitas, seja pelo site na internet. Assim, ajuda-se a contar o desenvolvimento do processo cultural dos grupos sociais do Estado de Roraima.

Quadro 01. Relação de oficinas de Educação Patrimonial do Programa Valle do Rio Branco desenvolvidas.

	Oficinas	Duração
Oficina 1	a) Semiótica e Imagem – As representações no imaginário coletivo.	4h
	b) Antropologia Cultural.	4h
Oficina 2	a) Técnicas de Captação de Imagem.	4h
	b) Catalogação de Fontes.	4h
Oficina 3	a) Antropologia Visual – O Olhar e o Imaginário.	4h
	b) Restauração e Preservação.	4h
Oficina 4	a) Oficina de Educação Patrimonial – Confeção de Mapas Afetivos.	4h
	b) A Cultura Material e a Arqueologia – Reconhecendo e preservando os vestígios do passado.	4h
Oficina 5	a) Oficina de Identificação e Seleção de Acervo para o Lugar de Memória.	4h
	b) Oficina de Projetos para Criação de Lugares de Memória.	4h

No intuito de proporcionar a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades, foram desenvolvidas atividades que envolveram o corpo docente e o discente das instituições escolares dos 15 municípios do Estado de Roraima: São João da Baliza, Rorainópolis, São Luiz, Uiramutã, Pacaraima, Mucajaí, Normandia, Iracema, Amajari, Caracaraí, Bonfim, Cantá, Caroebe, Alto Alegre e Boa Vista.

O objetivo das oficinas de Educação Patrimonial foi proporcionar instrumentos que promovessem a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades. Para isso, buscou-se capacitar professores para a elaboração de projetos de mediação cultural no intuito de trabalharem os bens patrimoniais locais e realizarem o trabalho em sala de aula com atividades que promovam o conhecimento dos patrimônios locais; além de conscientizar os docentes, os discentes e a comunidade em geral sobre conhecimento, preservação e difusão dos bens patrimoniais locais.

VALORIZAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Ao trabalhar com a educação patrimonial, tem-se de ter clareza para empregar alguns termos. Os termos específicos dessa área que merecem destaque são estes: preservação, resgate, valorização e patrimônio material e imaterial.

Esses termos, que passam a vigorar com maior intensidade neste trabalho, sistematizarão alguns direcionamentos. Preservação refere-se ao cuidado com o bem patrimonial. Resgate do bem patrimonial refere-se à recuperação de materiais ou, o mais usado, à recuperação de bens imateriais (histórias, contos, lendas, músicas). O termo valorização vai além das conceituações literais que envolvem a manutenção dos bens em seu estado original ou ainda a desaceleração dos processos degenerativos (preservação). Adentra os conceitos de valor, de reconhecimento, interligados com a necessidade de preservação.

Com base nesses pressupostos teóricos, pode-se afirmar que a terminologia patrimônio material e imaterial representa toda a estruturação histórica de bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que compreendem o patrimônio cultural e que são considerados “manifestações ou testemunho significativo da cultura humana”, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo (GONZALES-VARAS, 2003, p. 44).

Convém destacar também que esses patrimônios podem ser apresentados como patrimônio cultural, que engloba o histórico e o artístico, bem como o patrimônio natural, incluindo os bens estruturados pela

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

natureza. Ressalte-se, contudo, que o termo patrimônio cultural não substitui ou anula o patrimônio artístico, o patrimônio histórico e o patrimônio natural. Dessa forma, o patrimônio cultural configura-se em:

[...] monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura; unidade ou integração à paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios - obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CONFERÊNCIA GERAL DA ONU, 1972, p. 03-04).

As práticas humanas são diárias e nelas as mudanças ocorrem naturalmente. Entende-se que o “patrimônio cultural” é algo produzido pelo homem, seja qual for o tipo de manifestação ou ação, material e imaterial. Já o “patrimônio natural” é apenas produzido naturalmente, sem quaisquer intervenções antrópicas. É a própria dinâmica da natureza, na qual entram paisagens com características históricas ou apenas com beleza natural, ou ainda algum ciclo natural único e específico de determinado lugar. Enfim, são dinâmicas naturais sem ações humanas.

Buscou-se, assim, sintetizar e proporcionar uma visão ampliada, uma conceituação que abarcasse os mais variados tipos e modalidades de patrimônios presentes na sociedade contemporânea. Nas últimas décadas, tem havido uma significativa ampliação de instrumentos, objetos, edificações, culturas, ações, ou seja, não se restringindo apenas ao material, mas incluindo o imaterial e quiçá outras intervenções que vêm sendo consideradas como patrimônio. Sendo assim, a expressão patrimônio cultural aqui passa a ser utilizada em sentido amplo.

CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE PATRIMÔNIO

A partir de manifestações, críticas e mobilizações sociais que vieram ocorrendo ao longo da história da Secretaria do Patrimônio Histórico

e Artístico (SPHAN), podem-se evidenciar algumas fases pelas quais essa instituição passou. A primeira foi a fase heroica, que corresponde aos primeiros 30 anos (1936-1967), quando o jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da secretaria. Nesse período, mais precisamente em 1946, a SPHAN passou a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). A segunda fase (1967 a 1979) corresponde à administração do arquiteto Renato Soeiro. Nesse período, o DPHAN transformou-se, por meio do Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970, em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O fato mais importante ocorrido nessa fase está vinculado à nova estrutura, ou seja, seus distritos se converteram em Diretorias Regionais (KERSTEN, 2000).

Em 1973, foi nomeado o Grupo Interministerial por solicitação dos ministros do Planejamento e da Educação e Cultura. O grupo constituiu-se de representantes do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), do Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, do Ministério de Interiores, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e do Ministério da Indústria e Comércio, por intermédio da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Esse grupo tinha por finalidade efetuar estudos sobre o patrimônio histórico do Nordeste (KERSTEN, 2000).

Além desse grupo, cuja tarefa já cabia ao IPHAN e à Embratur, foi criada a Comissão de Acompanhamento do Programa a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas (CNPU) com a finalidade de promover a preservação e a utilização dos bens culturais. Exigiu-se de cada estado a apresentação prévia do Programa de Restauração e Preservação (KERSTEN, 2000).

Para auxiliar na preservação patrimonial, também se criaram programas como o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que se configura na sequência dos acontecimentos referentes à preservação, mas que lança um olhar mais aberto às questões patrimoniais (KERSTEN, 2000, p. 101):

O CNRC conduziu uma proposta que pretendia superá-la (a filosofia orientadora da preservação), indo além das ações

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

direcionadas à preservação dos bens da etnia branca, da elite vitoriosa. A nova diretriz ampliou os programas de preservação às culturas ameríndia e negra. Desenvolveu projetos que visavam preservar o que definiu como cultura popular, objetivando ir além do mimetismo estrangeiro e do desconhecido do autenticamente nacional.

Após um período de turbulências, o IPHAN foi desativado e voltou a renascer politicamente em 1979 com a direção do então coordenador-geral do CNRC, Aloísio Sérgio de Magalhães. Configuravam-se, a partir daí, significativas mudanças no âmbito patrimonial, que passou a ser administrado pela fusão IPHAN-PCH-CNRC. Esse grupo começou a articular várias incumbências, transformando-se, por meio do Decreto n.º 84.198, em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), que passou a responsabilizar-se pela preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro. À Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) coube a responsabilidade de proporcionar os recursos para agilizar o trabalho das secretarias (KERSTEN, 2000).

Nessa transformação em SPHAN/Pró-Memória, Aloísio de Magalhães propôs que fosse retomado o projeto original de Mário de Andrade:

[...] ao mesmo tempo em que criticou a preservação de bens de “pedra e Cal”, Aloísio demonstrou que a instituição não descuidaria dos bens já tombados. Alertou, porém, para a importância de outros bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosa ou leiga, dentre os quais sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes. Para abrangê-los definiu um conceito mais amplo que abarcou o ecológico e o saber fazer as populações (KERSTEN, 2000, p. 103).

Nesse momento, então, começou a haver sinalizações de abertura para outros tipos de patrimônio, além do material (móvel e imóvel). Principiou-se a adentrar o campo do imaterial, algo que se expandiria e tomaria corpo no fim da década de 1990 e início do século XXI. Com essa nova ideia, em 1990, ocorreu, então, a extinção do SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e, com isso, a criação do Instituto Brasileiro

do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, esse órgão voltou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (KERSTEN, 2000.)

Pode-se verificar que, apesar das transformações/mudanças de nomenclatura e presidência, muito ainda há que ser feito sobre as questões da valorização do patrimônio cultural. Para que se concretize a mudança conceitual e prática, evidencia-se a necessidade de mudança nas concepções referentes ao conceito e à importância do patrimônio cultural e social. “A memória faz cultivar através de imagens, inscrições, desenhos, documentos a lembrança de fatos consideráveis sobre a constituição da história (LE GOFF, 2003).”

Em Roraima, busca-se fazer com que a constituição das memórias estabeleça importante função social, na medida em que reproduz informações, mesmo com a ausência de dados, baseando-se no estudo de cenários e artefatos que marcaram os acontecimentos locais.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Alguns conceitos sobre patrimônio cultural são elaborados com base em pensamentos e ações diversas. Depara-se com práticas culturais por meio de manifestações expressas pelo homem em qualquer espaço. O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Em outras palavras, é tudo o que o ser humano produz, qualquer ação realizada por um grupo de pessoas em um determinado lugar, quaisquer atividades que expressem esse conjunto de manifestações. Os lugares podem ser casas, praças, ruas, prédios, escolas, museus, entre outros. Enfim, qualquer espaço pode ser utilizado para manifestar suas ações, caracterizando-se como patrimônio cultural.

Nesse processo, o patrimônio é tudo aquilo que existe em abstrato e concreto, ou seja, imaterial e material. O imaterial são as lembranças, as histórias, as vivências do passado e do presente. O material é o produzido, o construído e o que faz parte do passado, mantendo-se no presente. Com isso, utilizar o ambiente escolar para estimular ações de Educação Patrimonial é

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

importante para esclarecer dúvidas e atrair novos olhares sobre patrimônio e novas práticas.

Espaços educativos possibilitam novas construções, novos conhecimentos, novos pensamentos, além de se tornarem ambientes ativos com ações de experiências e vivências dos alunos a partir do próprio cotidiano. Essa prática de educação formal pode inserir-se em quaisquer níveis, do pré-escolar ao superior.

Nesse processo de práticas de Educação Patrimonial, existem metodologias que auxiliam em várias ações que valorizam o patrimônio. Dentro dessas metodologias, quatro etapas foram criadas pelo Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial do IPHAN (Quadro 02).

Quadro 02. Metodologias de valorização do patrimônio elaboradas pelo IPHAN.

Observação	Visão, tato, olfato, paladar e audição por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.
Registro	Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.
Exploração	Análise do bem cultural com: discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.
Apropriação	Recriação do bem cultural, por meio de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, entre outros), provocando nos participantes uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Fonte: Grumberg (2007).

Seguindo essas etapas, diversas atividades podem ser trabalhadas para construir e registrar as ações caracterizadas como Educação Patrimonial. Com base no Programa Mais Educação, no material que trata de educação

patrimonial produzido pelo Ministério da Educação e no ambiente escolar, por meio da participação ativa e conjunta dos professores, dos coordenadores, dos técnicos, dos estagiários e dos estudantes, podem ser oferecidas oportunidades de reflexão e conhecimento partindo do contexto sociocultural e ambiental da escola. Nesse espaço, a riqueza de informações culturais é enorme. Explorar essas possibilidades se faz necessário para o entendimento do que seria Educação Patrimonial. Nesse ambiente, encontram-se as “raízes históricas” das pessoas que estão em convivência todos os dias. Elas são uma referência cultural mais próxima e, a partir delas, podem-se propor reflexões sobre o que o patrimônio representa ou pode vir a representar.

Uma atividade muito importante para descobrir o que caracteriza esse espaço escolar, no sentido de identificar as referências culturais, seria a realização de um inventário da escola. Mas o que seria esse inventário? Inventário é um levantamento de bens materiais e imateriais que fazem parte de um determinado lugar, de um grupo de pessoas ou somente do espaço físico. No caso de um espaço escolar, faz-se a descrição dos que fazem parte da escola, ou seja, das pessoas e dos bens materiais. Por meio desse levantamento, começam a surgir as referências culturais desse ambiente. É uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer. Mediante essa descrição, descobre-se o que se tem e o que cada objeto e/ou pessoa significa para esse local.

Portanto, elaborar um inventário é o pressuposto básico para o levantamento dos bens culturais. São ações como descrever, documentar, fotografar, filmar, entrevistar, fazer gravações sonoras, entre outras. Além de levantar informações já existentes que se agreguem ao que está sendo construído, o inventário é um documento que registra as memórias e os momentos importantes ocorridos em determinado lugar. Serve para lembrar esses fatos aos novos personagens que irão compor uma nova memória e que continuarão alimentando as histórias vividas ali. O inventário é uma fonte de pesquisa que contém um registro do passado e que serve para entender melhor o presente e desenhar o futuro.

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

Além de o inventário poder ser elaborado dentro do perímetro da escola, o espaço comunitário é extremamente importante para se conhecer o ambiente do entorno da unidade escolar. As referências culturais internas e externas se confrontam com as informações que traçam perfis de uma dinâmica vivida dentro da escola e fora desta. Essas variáveis entram nas mais diversas áreas do conhecimento e contribuem para atividades multidisciplinares e transdisciplinares. Assim, fomentam a participação coletiva dos professores, dos alunos e de outras pessoas que queiram envolver-se, além de auxiliar e nesse processo de troca de conhecimentos a partir dessas referências culturais levantadas. Por meio de um inventário, surgem muitas atividades culturais cujas etapas aqui mencionadas, como as metodologias utilizadas, contribuem para desenvolver essas práticas com características diversas que entram como um patrimônio cultural, levando todos a construir um conhecimento “brincando” de fazer Educação Patrimonial.

METODOLOGIA

As oficinas de Educação Patrimonial tiveram como objetivo proporcionar o desenvolvimento de atividades que envolvessem o corpo docente e o corpo discente das instituições escolares no intuito de proporcionar a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades. No trabalho com os docentes, potencializou-se a articulação com as suas práticas pedagógicas, ou seja, o desenvolvimento de atividades que discutissem/refletissem e problematizassem o patrimônio material e imaterial. Já com os discentes, buscou-se a conscientização da preservação desses patrimônios.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta um olhar qualitativo. “Uma avaliação qualitativa dedica-se a perceber tal problemática para além dos levantamentos quantitativos usuais, que nem por isso deixam de ter sua importância” (DEMO, 2008, p. 17). Esse tipo de análise depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que direcionam a pesquisa, para que se tenha maior conhecimento do objeto de estudo e se

busque sempre maior quantidade de informações para se ter uma pesquisa relevante, além de alcançar o objetivo proposto. Com base nesse direcionamento, pode-se dizer que se partiu de um olhar exploratório, fazendo uso de levantamento bibliográfico, ações práticas – como a elaboração de oficinas com os docentes e os discentes –, visando à maior familiaridade com o assunto em questão no intuito de proporcionar a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades.

Esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Elas podem ser classificadas como bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Para a efetivação das ações, buscou-se seguir algumas etapas:

1.^a fase – Foram realizados trabalhos em grupos, separando os participantes em grupo docente e grupo discente. O primeiro teve como objetivo instrumentalizar na realização de projetos de mediação cultural. O segundo teve como objetivo informar e instigar os alunos ao conhecimento e à preservação do patrimônio material e imaterial. O trabalho com esses dois grupos potencializou e garantiu o conhecimento sobre a proposta de atividade a ser desenvolvida na interação entre a escola e os lugares de memória.

Nesse sentido, a atividade com os docentes se iniciou com explanação teórica sobre o que é patrimônio material e imaterial, dando destaque para a necessidade de sua valorização e preservação. Nesse momento, foram apresentadas as leis que regem e regulamentam a preservação dos bens patrimoniais. Após a explanação, foi proposta uma atividade para os professores desenvolverem com os alunos. A atividade consistia em inventariar os bens patrimoniais materiais e imateriais locais. Todos os professores receberam informações necessárias para a elaboração do projeto de pesquisa e do inventário. Durante a elaboração do projeto, cada

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

professor, com um grupo de alunos, realizou a mediação e o acompanhamento de uma série de atividades que contribuíram para a salvaguarda desses bens. O trabalho com os discentes consistiu em, após um levantamento prévio dos bens patrimoniais locais, fazer com que, acompanhados dos professores, entrassem em contato com os responsáveis ou conhecedores desses bens para levantar o maior número de informações sobre estes. Instruções sobre os dados a serem coletados, os instrumentos de coleta e os equipamentos a serem utilizados foram dadas aos professores e estes as repassaram para os alunos.

Nesse processo, o professor mediou as ações para que o aluno executasse sua pesquisa e pontuações conforme orientado. Concluído o registro dos bens patrimoniais, cada professor da escola ficou responsável por organizar os dados coletados pelos alunos a fim de realizar outra atividade, que representava a segunda etapa da ação. Encerrado o trabalho da primeira etapa, foi escolhido um representante docente de cada município para participar, juntamente com a equipe dessa ação, do trabalho a ser desenvolvido nos outros municípios. Dessa forma, fez-se uma interlocução de conhecimentos entre os municípios para instigar e unificar as ações de mediação efetivadas. Ao findar as ações em cada município, retornou-se ao primeiro município para compartilhar as experiências e aprendizados e verificar quais atividades haviam sido desenvolvidas nos espaços escolares.

2ª fase – O grupo de docentes representantes de cada município, com os professores que haviam participado da ação, promoveu encontros para a organização do material coletado e construção de materiais didáticos que continham os patrimônios materiais e imateriais de cada município. Esse material foi organizado contemplando também as demais ações do Programa Vale do Rio Branco, possibilitando, assim, a construção de material de divulgação/conhecimento e preservação dos bens patrimoniais locais para incentivar, além do trabalho didático nas escolas, o conhecimento e a implementação de ações que abarquem o potencial turístico dos municípios. Esse material será disponibilizado às prefeituras municipais e auxiliará no

trabalho referente ao conhecimento e à preservação do patrimônio material e imaterial.

Com base nessa estruturação do projeto de oficinas, em 2014 foram realizados estudos e a organização da proposta da ação de educação patrimonial, bem como contato com os municípios de Roraima. Além disso, foi desenvolvida essa ação em parceria com a Escola Aldébaro José Alcântara e Maciel Ribeiro Vicente da Silva, no Município do Bonfim-RR. A ação fez parte do III Intercâmbio Intercultural das Escolas da Fronteira Brasil-Guiana, no qual foram ministradas oficinas de educação patrimonial, audiovisual/cinema e astronomia/planetário. A abertura do evento ocorreu no turno da manhã e, posteriormente, as turmas do ensino médio foram encaminhadas para as oficinas. Esse nível de ensino apresentou em média 150 a 180 alunos, e cada oficina atendeu em torno de 50 a 60 alunos. As oficinas foram organizadas em forma de rodízio, contudo os alunos não participaram de todas visto que, ao mesmo tempo em que elas estavam sendo realizadas, outras atividades estavam ocorrendo no local (apresentação dos cursos de Artes Visuais, Música, Enfermagem e Medicina Veterinária).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo de construção da mediação cultural

Cabe destacar que a ação de Educação Patrimonial se baseou no processo de construção da mediação cultural. Esta configura-se, nesta proposta, como importante meio para a consolidação da aprendizagem a partir do momento em que articula os conteúdos didático-pedagógicos das escolas com a visita aos lugares de memória. Falando sobre a Educação Patrimonial, Russi *et al.* (2011, p.5) afirma que:

Tem, assim, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a promoção e difusão de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

A prática de mediação apresenta-se como um procedimento que, no espaço educativo, teve início no século XX, quando o educador brasileiro Paulo Freire inicia o trabalho de aprendizagem a partir da mediação, colocando a ideia de que ninguém aprende sozinho. Dessa forma, as ideias socioconstrutivistas são apresentadas como um processo de mediação do sujeito com o mundo em um limiar de desenvolvimento cognitivo (FREIRE, 1963).

No âmbito do trabalho como o ensino de artes visuais, a arte/educação surge como importante mediadora do sujeito com a arte/objeto de memória, colocando o espaço do museu/lugar de memória como um local de concretização dessa mediação. Esse tipo de lugar apresenta-se como laboratório de arte, história e memória. É indispensável para o processo de construção cognitiva e visual do sujeito educando. Contudo, para que isso se concretize, o processo de mediação requer do profissional mediador conhecimentos que lhe possibilitem dialogar com cada sujeito e suas peculiaridades. É um trabalho bastante complexo, aproximando-se muito do que se buscou fazer com a Abordagem Triangular (apreciação, contextualização e fazer artístico); um trabalho de conhecimento e valorização sociocultural do sujeito e dos seus espaços de formação (BARBOSA & COUTINHO, 2004).

O processo de mediação envolve o objeto a ser mediado, o mundo cultural de referência do mediador e do contexto, as crenças e valores do mediador, além das representações e das crenças dos destinatários. Assim, modifica-se consideravelmente com base nas considerações de cultura que revela. Na prática, a mediação é um acompanhamento cultural e uma reflexão crítica sobre as várias modalidades de construção dos fenômenos culturais. Em uma concepção contemporânea, busca exercitar os processos interpretativos do visitante/observador e solicitar seu desenvolvimento e gosto pela comparação, pela investigação e pela improvisação. Não são os espaços e/ou os tempos dados a conhecer, senão o sentido e a construção pelos percursos interpretativos variados.

A mediação ocorre por meio de artefatos presentes na relação do indivíduo com o mundo. Sendo assim, o mediador apresenta-se como um

contextualizado que promove o encontro do repertório de saberes do sujeito com as referências imagéticas e culturais que este tem acerca do artefato histórico ou cultural a que tem acesso. O mediador deve ser um instigador das relações do público/discente com esse artefato com seus próprios modos, e não um transmissor de conteúdos estanques e descontextualizados (VYGOTSKI, 1995).

A partir dessa compreensão teórica acerca da mediação cultural, reforçou-se a necessidade de trabalhar com os docentes no processo de elaboração de projetos de mediação cultural que poderão ser desenvolvidos em cada escola mediante a interação com os lugares de memória. Esse tipo de ação, inicialmente, careceu de prévia explanação para os discentes acerca da importância da preservação dos patrimônios materiais e imateriais.

Valorização dos patrimônios existentes nos municípios do estado de Roraima

Discutir sobre o passado de Roraima é pertinente, pois a importância e o caráter sociocultural, científico e econômico do patrimônio histórico local vêm sendo menosprezados no presente. Afinal, passado, presente e futuro constituem-se juntos. Todos os seres humanos e as sociedades estão enraizados no passado de suas famílias, comunidades, nações ou outros grupos de referência. Neste projeto, buscou-se conhecer também a memória pessoal que define a posição do cidadão em relação ao patrimônio local (HOBSBAWM & RANGER, 1997).

Portanto, entende-se que cultivar e preservar a identidade das populações dos municípios de Roraima significa priorizar atividades sociais mediante a implementação de um programa de Educação Patrimonial para que este desperte a conscientização e a valorização da memória local, criando referências para os futuros gestores da cidade e contribuindo para a formação de agentes históricos (instrutores que expliquem, no local de implantação de cada obra, a devida importância que lhe é atribuída) como veículos primordiais para a conservação do acervo.

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

Educação patrimonial: ações desenvolvidas nas escolas Aldébaro José Alcântara e Maciel Ribeiro Vicente da Silva, no município do Bonfim-RR

Durante a ação de Educação Patrimonial, foram expostos aos alunos e aos professores das escolas alguns conceitos dessa área, bem como houve a instigação dos participantes para pensarem em bens patrimoniais locais. A partir desse momento, os discentes apresentaram o que consideraram patrimônio em seu município (Figuras 01 e 02).



Figura 1. Discente desenhando patrimônio - Escola Aldébaro José Alcântara, localizada no Município do Bonfim (RR).

Fonte: Dados do Programa de Extensão Valle do Rio Branco, 2014.

Encerrada a apresentação dos bens patrimoniais, foi realizada uma conversa com os discentes das turmas para que pudessem continuar a atividade na escola. Foi possível observar que, mesmo sendo alunos do ensino médio, poucos sabiam o que é patrimônio e ninguém sabia os procedimentos para o tombamento de um bem patrimonial. Diante disso, percebeu-se a eminente necessidade de os conceitos e as proposições de patrimônio cultural serem trabalhados nas escolas no intuito de alcançar maior valorização e compreensão dos bens locais.



Figura 2. Apresentação dos conceitos de patrimônio local - Escola Maciel Ribeiro Vicente da Silva, localizada no Município do Bonfim (RR).

Fonte: Dados do Programa de Extensão Valle do Rio Branco, 2014.

Sendo assim, pode-se constatar que a valorização dos patrimônios representativos das relações existentes nos municípios de Roraima implica manter o registro da história e da vivência da população que ocupa esses espaços, definidos a partir das suas territorialidades. Com base nisso, este relato de experiência traz um olhar para as práticas nas comunidades com intuito de construir e resgatar a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial, promovendo, assim, a interação com o espaço escolar, que é um lugar de memória, para fortalecer a conscientização de docentes e discentes acerca da importância da preservação do patrimônio.

Praticam-se atividades culturais todos os dias e, muitas vezes, não se dá conta disso. Elas, no entanto, fazem parte do cotidiano, constroem a identidade e determinam os valores de uma sociedade. Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalhos educativos que têm como base o patrimônio cultural com todas as ações de manifestações realizadas dessas ações humanas.

Programa “Valle do Rio Branco”: A educação patrimonial para promoção da valorização dos patrimônios imateriais e materiais no estado de Roraima

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste projeto de Educação Patrimonial foi proporcionar instrumentos que promovessem a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades. Para isso, buscou-se, e continuar-se-á buscando, capacitar professores para a elaboração de projetos de mediação cultural no intuito de trabalharem os bens patrimoniais locais e incentivarem o trabalho em sala de aula com atividades que promovam o conhecimento dos patrimônios locais; para a conscientização dos docentes, dos discentes e da comunidade em geral sobre conhecimento, preservação e difusão dos bens patrimoniais locais.

O projeto de oficinas de Educação Patrimonial proporcionou o desenvolvendo de atividades que envolveram o corpo docente e o discente de instituições escolares de vários municípios de Roraima. No trabalho com os docentes, potencializou-se a articulação com as suas práticas pedagógicas, ou seja, o desenvolvimento de atividades que discutissem, refletissem e problematizassem o patrimônio material e imaterial. Já o trabalho com os discentes buscou a conscientização da preservação desses patrimônios. Para dar a conhecer a esses discentes o significado, os diferentes tipos de patrimônio, a importância história e cultural, é fundamental que essa ação seja continuada pelos docentes nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.M.; COUTINHO, R.G. **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2004.

CONFERÊNCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

FREIRE, P. **Alfabetização e conscientização**. Porto Alegre: Emma, 1963.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZALES-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales**. Madrid: Cátedra, 2003.

GRUMBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KERSTEN, M.S.A. **Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

RUSSI, A.; BEZERRA, J.; PARDAL, M.V.C.; ALENCAR, V.P. **Mesa Redonda: Patrimônio Cultural: Diálogos entre Arte e Educação**. XXI Congresso Nacional da Federação de Arte Educadores do Brasil com a temática “Culturas da Pesquisa – Arte, Educação e Tecnologia”. São Luiz do Maranhão, 2011. Disponível em: <<http://www.laboep.uff.br/images/files/patrimonio-cultural-dialogos-entre-a-arte-e-a-educacao-131111.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

VYGOTSKI, L.S. **Obras Escogidas III: incluye problemas del desarrollo de la psique**. Madri-Espana. Visor, 1995.